



**Estratégia**  
CONCURSOS

Prof. Herbert Almeida  
@proherbertalmeida

Prof. Erick Alves  
@proerickalves

**DISSECANDO A LEI 8.666/93**

---

---

---

---

---

---

---

---



Prof. Erick Alves  
✉ prof.erickalves@gmail.com

 proferickalves  
 proferickalves  
 (61) 9 8352 5872

Prof. Herbert Almeida  
✉ prof.herbertalmeida@gmail.com

 /proherbertalmeida  
 @proherbertalmeida  
 /proherbertalmeida

---

---

---


---

---

---

---

---



**Noções introdutórias e conceituais**

---

---

---

---

---

---

---

---

## Legislação



Art. 37. [...] XXI - **ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante **processo de licitação pública** que assegure **IGUALDADE** de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Legislação



Art. 22. Compete privativamente à **União** legislar sobre: [...] XXVII – **normas gerais de licitação e contratação**, em todas as modalidades, para as **administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais** da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as **empresas públicas e sociedades de economia mista**, nos termos do art. 173, § 1º, III;

Art. 173. § 1º A lei estabelecerá o **estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista** e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: [...] III - **licitação e contratação** de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;

---

---

---

---

---

---

---

---

## Legislação



### ❖ Lei 8.666/93 – Normas gerais de licitações e contratos

- ❖ obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações
- ❖ todos os entes da Federação
- ❖ administração direta, fundações especiais, autarquias, fundações públicas

### ❖ Lei 13.303/2016 – Estatuto Jurídico das EP e SEM – normas de licitações para as empresas estatais

### ❖ Lei 10.520/2002 – Pregão (inclusive para as EP e SEM)

- ❖ Outras: Lei 12.462/2011 – Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC;
- Lei 12.232/2010 – Licitações de serviços com agências de publicidade;
- Lei 12.598/2012 – Licitações de produtos e sistemas de defesa.

---

---

---

---

---

---

---

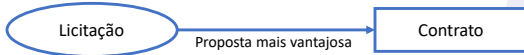
---

## Conceito

[...] pode-se definir a **LICITAÇÃO** como o **procedimento administrativo** pelo qual **um ente público**, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se sujeitem às condições fixadas no **instrumento convocatório**, a possibilidade de **formularem propostas** dentre as quais **selecionará e aceitará a mais conveniente para a celebração de contrato**.

### ➤ Procedimento administrativo

- Exercício da **função administrativa** -> dever de licitar se estende a **todos os Poderes**, de **todos os entes políticos**, da **administração direta e indireta**.




---

---

---

---

---

---

---

---

## Finalidades e princípios

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **ISONOMIA**, a **SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA** para a administração e a **PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL** e será processada e julgada em estrita conformidade com os **PRINCÍPIOS BÁSICOS** da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Finalidades ou objetivos

### Finalidades

- 1) garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia**
- 2) selecionar a **proposta mais vantajosa** para a administração
- 3) promover o **desenvolvimento nacional sustentável**

---

---

---

---

---

---

---

---

# Princípios licitatórios

## Princípios (art. 3º)

### Princípios licitatórios

- legalidade
- impessoalidade
- moralidade
- igualdade
- publicidade
- probidade administrativa
- vinculação ao instrumento convocatório
- julgamento objetivo

Princípios  
expressos

▪ *dos que lhe são correlatos  
(princ. implícitos)*

- competitividade
- procedimento formal
- sigilo das propostas
- adjudicação compulsória

## Igualdade e competitividade

❖ **Igualdade** e **isonomia**: **VEDA** discriminações, diferenciações ou favorecimentos por fatos irrelevantes

"mediante **processo de licitação pública** que assegure **IGUALDADE** de condições a todos os concorrentes [...] o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica **indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações**" (CF, art. 37, XXI)

❖ Pode estabelecer **requisitos mínimos** de habilitação

## Igualdade e competitividade



- ❖ **Competitividade:** decorrência da isonomia, pois exigências desnecessárias diminuem a competitividade
- ❖ É **vedado** aos agentes públicos (art. 3º, § 1º, I e II):
  - ❖ admitir, prever, incluir ou tolerar cláusulas ou condições que comprometam, **restringam ou frustrem o seu caráter competitivo**;
  - ❖ estabelecer **tratamento diferenciado** de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, **entre empresas brasileiras e estrangeiras**;
  - ❖ **indicação de marca** (exceto em caso de padronização ou se tecnicamente justificável) (art. 15, § 7º, I; art. 7º, § 5º).

---

---

---

---

---

---

---

---

## Igualdade e competitividade



- ❖ **Não poderá participar da licitação (art. 9º):**
  - ❖ O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;
  - ❖ Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;
  - ❖ Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- ❖ **Salvo** o autor do projeto básico na condição de **consultor** ou **técnico**, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada (art. 9º, §1º).

---

---

---

---

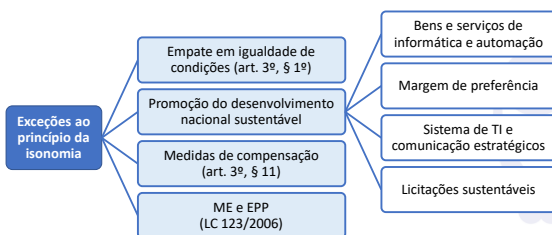
---

---

---

---

## Exceções ao princípio da igualdade




---

---

---

---

---

---

---

---

### Crêterios de desempate (Lei 8.666/93, art. 3 ,   2 )



- Em **igualdade de condições**, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
  - 1) **produzidos no País**;
  - 2) produzidos ou prestados por **empresas brasileiras**.
  - 3) produzidos ou prestados por empresas que **invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia** no País.
  - 4) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de **reserva de cargos** prevista em lei para **pessoa com deficiência** ou para **reabilitado da Previdência Social** e que atendam às **regras de acessibilidade** previstas na legislação.
  - 5) **sorteio** (art. 45,   2 ).

---

---

---

---

---

---

---

---

### Desenvolvimento nacional sustentável



- Preferência, nas aquisições de **bens e serviços de informática e automação**, pelos órgãos e entidades federais, de (art. 3 ,   1 , I; c/c Lei 8.248/1991, art. 3 ):
  - bens e serviços com **tecnologia desenvolvida no País**;
  - bens e serviços produzidos de acordo com **processo produtivo básico**, na forma a ser definida pelo Poder Executivo.
- Implantação, manutenção e ao aperfeiçoamento dos **sistemas de tecnologia de informação e comunicação**, considerados **estratégicos**: a licitação poderá ser **RESTRITA** a bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o **processo produtivo básico** (art. 3 ,   12).

---

---

---

---

---

---

---

---

### Desenvolvimento nacional sustentável



- **Margem de preferência** (art. 3 ,    5  ao 15):
  - para "aquisição de **produtos manufaturados** e **serviços nacionais** que atendam a normas técnicas brasileiras"
    - **Produtos manufaturados nacionais**: aqueles produzidos no Brasil, de acordo com processo produtivo básico (art. 6 , XVIII);
    - **Serviços nacionais**: são aqueles prestados no País (art. 6 , XVIII)
  - para **bens** e **serviços** de empresas que comprovem cumprimento de **RESERVA DE CARGOS** p/ (i) **pessoa com deficiência** ou (ii) **reabilitado da Previdência Social**; e que atendam às **REGRAS DE ACESSIBILIDADE** previstas na legislação.

---

---

---

---

---

---

---

---

### Desenvolvimento nacional sustentável



- **Margem de preferência** (art. 3º, §§ 5º ao 15):
  - Definida pelo **Poder Executivo federal**, mediante **decreto**, por produto, serviço ou grupo de produtos/serviços;
  - **Margem adicional** p/ bens e serviços resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País;
  - **Limite de 25%** sobre os produtos e serviços estrangeiros;
  - Fundamentada em **estudos** e revista periodicamente a prazo não superior a **5 anos**;
  - Poderá ser estendida aos países do **Mercosul**;
  - **Não poderá ser aplicada** quando à capacidade de produção e prestação no país for inferior à quantidade a ser adquirida.

---

---

---

---

---

---

---

---

### Vinculação ao instrumento convocatório



- Torna **público** o certame e estabelece as **regras**.
- Edital é a **lei interna da licitação**, obrigando os **licitantes** e a **própria Administração**.
- Qualquer modificação no edital exige **divulgação** pela **mesma forma** que se deu o texto original, **reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido**, **EXCETO** quando a alteração **não** afetar a formulação das propostas.

---

---

---

---

---

---

---

---

### Julgamento objetivo



- As propostas da licitação devem ser **julgadas** de acordo com os **critérios objetivos** previamente definidos no edital (art. 44).
- É **vedada** a utilização de qualquer elemento, critério ou fator **sigiloso**, **secreto**, **subjetivo** ou **reservado** que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes (art. 44, § 1º).
- **Critérios de julgamento** ou “**tipos de licitação**”: menor preço, melhor técnica, técnica e preço e maior lance ou oferta (art. 45, § 1º).

---

---

---

---

---

---

---

---

### Adjudicação compulsória



- Adjudicação é o **ato final** da licitação, que declara o vencedor do certame.
- Atribuição do objeto ao vencedor.
- **Adjudicação é ato declaratório, que gera apenas mera expectativa de direito.**
- Se o vencedor **desistir expressamente** do contrato ou **não o firmar no prazo prefixado**:
  - A Administração **poderá revogar** a licitação ou **convocar** os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar o contrato **nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado** (art. 64, § 2º).
- O licitante fica **liberado** da sua proposta caso a Administração não assine o contrato no prazo de **até 60 dias** (art. 64, § 3º).

---

---

---

---

---

---

---

---

### Sigilo das propostas



- O **conteúdo das propostas** apresentadas pelos licitantes deve ser **secreto** até sua abertura na licitação (art. 3º, §º 3º).
- As propostas são apresentadas em **envelopes lacrados**, que só podem ser abertos em **sessão pública** previamente marcada.
- Relação com os princípios da **probidade administrativa** e da **igualdade**.
- A violação do sigilo das propostas é crime, sujeitando o agente público responsável a **detenção**, de 2 a 3 anos, e **multa** (art. 94).

---

---

---

---

---

---

---

---

### Procedimento formal



- O procedimento licitatório caracteriza **ato administrativo formal** (art. 4º, parágrafo único).
- Todos quantos participem de licitação têm direito público subjetivo à fiel observância do pertinente procedimento estabelecido na Lei de Licitações (art. 4º, *caput*).
- Na condução da licitação, devem ser seguidos todos os **formalismos** prescritos, a fim de garantir a **igualdade** entre os licitantes e a **máxima transparência** no procedimento.

---

---

---

---

---

---

---

---



## Modalidades de licitação

---

---

---

---

---

---

---

### Modalidades de licitação

#### ❖ Lei 8.666/93

- concorrência
- tomada de preços
- convite
- concurso
- leilão

#### ❖ Lei 10.520/02

- pregão

#### ❖ Lei 9.472/1997:

- consulta

Art. 22. [...] § 8º É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação das referidas neste artigo.

---

---

---

---

---

---

---

### Modalidades de licitação

	Obras e serviços de engenharia	Compras e demais serviços
<b>Concorrência</b>	Acima de R\$ 1,5 milhão	Acima de R\$ 650 mil
<b>Tomada de Preços</b>	Até R\$ 1,5 milhão	Até R\$ 650 mil
<b>Convite</b>	Até R\$ 150 mil	Até R\$ 80 mil
<b>Dispensa de licitação</b>	Até R\$ 15 mil	Até R\$ 8 mil

❖ **Consórcios:** dobro p/ até 3 entes // triplo se número maior

❖ A modalidade mais complexa engloba a mais simples

Art. 23. [...] § 4º Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

---

---

---

---

---

---

---

## Concorrência



Art. 22. [...] § 1º Concorrência é a modalidade de licitação entre **quaisquer interessados** que, na fase inicial de **habilitação preliminar**, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.

➤ **Participantes:** aberta a **qualquer licitante, independentemente** de registro cadastral (universalidade)

➤ **Habilitação:** **FASE DE HABILITAÇÃO.**

➤ **Publicação do edital** (ampla publicidade):

- ✓ **45 dias:** contrato no regime de empreitada integral; licitação do tipo “melhor técnica” ou “técnica e preço”;
- ✓ **30 dias:** demais casos.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Concorrência



- **valor:** acima de R\$ 1,5mi obras e sv eng. // acima de R\$ 650 mil compras e demais sv. (mas pode para qualquer valor)
- **concessões de direito real de uso** (art. 23, § 3º);
- **concessões de serviços públicos** (Lei 8.987/1995, art. 2º, II);
- **parcerias público-privadas** (Lei 11.079/2004, art. 10);
- **licitações internacionais** (exceto quando possível a TP ou convite) (art. 23, § 3º);
- **compra ou alienação de bens imóveis**, exceto alienação de imóveis adquiridos em procedimentos judiciais ou mediante dação em pagamento, em que se admite concorrência ou leilão (art. 19, III);
- **alienação de bens móveis** acima de R\$ 650 mil (art. 17, § 6º, c/c art. 23, II, b);
- **registro de preços** (também admite pregão) (art. 17, § 6º, Lei 10.520/02, arts. 11 e 12)

---

---

---

---

---

---

---

---

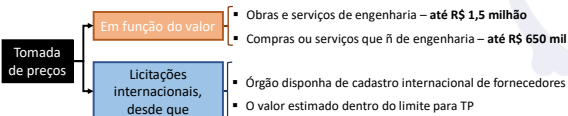
## Tomada de preços



Art. 22. [...] § 2º **Tomada de preços** é a modalidade de licitação entre interessados **devidamente cadastrados** ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento **até o terceiro dia anterior** à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

❖ **Previamente cadastrados**

❖ **Não cadastrados:** até o terceiro dia do recebimento das propostas p/ se cadastrarem




---

---

---

---

---

---

---

---

## Convite

Art. 22. [...] § 3º **Convite** é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, **CADASTRADOS OU NÃO**, escolhidos e convidados em **NÚMERO MÍNIMO DE 3 (TRÊS)** pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do **INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO** e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com **antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas** da apresentação das propostas.




---

---

---

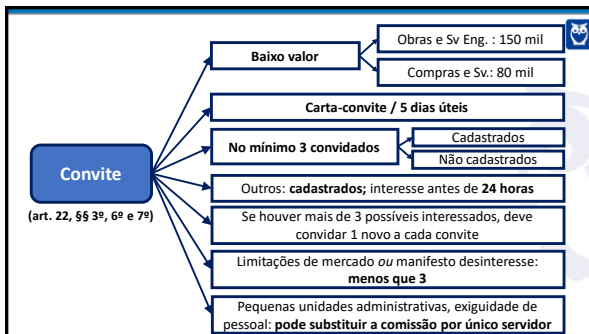
---

---

---

---

---




---

---

---

---

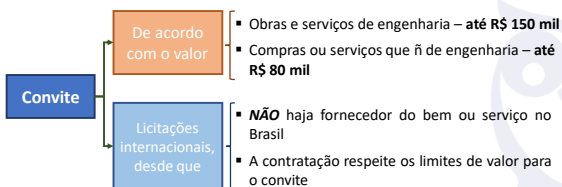
---

---

---

---

## Convite




---

---

---

---

---

---

---

---

## Concurso (art. 22, § 4º)

- **Objeto:** escolha de trabalho **técnico, científico** ou **artístico**.
- *Preferencialmente* para **serviços técnicos especializados**.
- **Julgamento** das propostas:
  - **Não** se prende ao princípio do julgamento objetivo.
  - **Comissão Especial**, composta por servidores públicos ou não.
- Vencedor recebe **prêmio** ou **remuneração**.
- **Publicação do edital:** antecedência mínima de **45 dias**.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Leilão (art. 22, § 5º)

- ❖ **Modalidade para alienação (venda) de bens:**
  - Bens **móveis inservíveis** para a Administração, avaliados em **até R\$ 650 mil**.
  - Produtos legalmente **apreendidos** ou **penhorados**
  - Bens **imóveis**, desde que a aquisição haja derivado de procedimentos judiciais (execução fiscal) ou dação em pagamento.
- ❖ Para quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao da avaliação
- ❖ **Leiloeiro oficial** ou **servidor da Administração**
- ❖ Pagamento à vista ou percentual definido no edital (não menor que 5%)
- ❖ **Divulgação edital:** mínimo 15 dias, principalmente no **Município** em que se realizará

---

---

---

---

---

---

---

---

## Tipos de licitação

(art. 45)

---

---

---

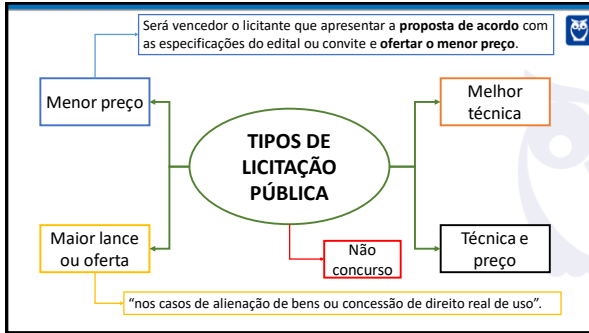
---

---

---

---

---




---

---

---

---

---

---

---

---

### Tipos de licitação (art. 45)

- Serviços de natureza **predominantemente intelectual** (regra)
- Exceções:**
  - Bens, obras ou serviços de grande vulto + tecnologia sofisticada/domínio restrito (art. 46, § 3º)
  - Bens e serviços de informática (art. 45, § 4º) – **técnica e preço** ou **menor preço**
- MELHOR TÉCNICA:** edital **fixa o preço máximo**, a Administração escolhe a melhor proposta técnica e depois **NEGOCIA** o preço
- TÉCNICA E PREÇO:** faz-se uma **MÉDIA PONDERADA** entre as propostas

Serviços de **NATUREZA PREDOMINANTEMENTE INTELLECTUAL**, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral e, em particular, para a elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos (art. 46, *caput*).

Para contratação de **BENS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**, a administração observará o disposto na Lei 8.248/1991, adotando obrigatoriamente o tipo de licitação "**TÉCNICA E PREÇO**", permitido o emprego de outro tipo de licitação nos casos indicados em decreto do Poder Executivo.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Fases da licitação

---

---

---

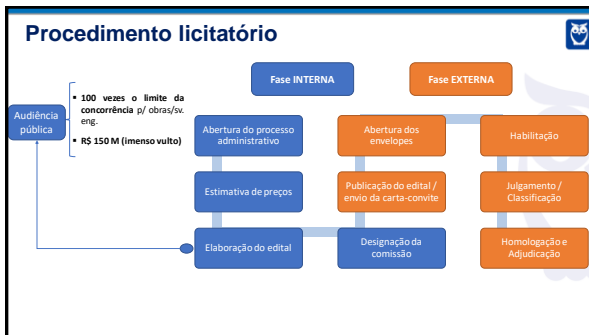
---

---

---

---

---




---

---

---

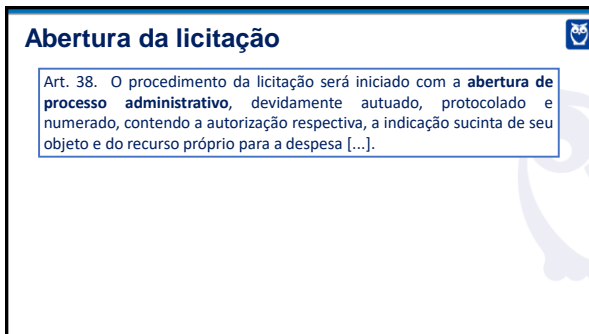
---

---

---

---

---




---

---

---

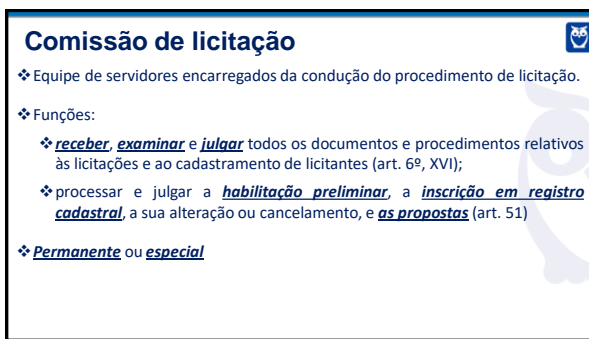
---

---

---

---

---




---

---

---

---

---

---

---

---

## Comissão de licitação



- ❖ **COMPOSIÇÃO:** mínimo 3 membros, sendo pelo menos 2 servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação (art. 51).
- ❖ Na modalidade convite: excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exiguidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por um servidor formalmente designado pela autoridade competente (art. 51, § 1º).
- ❖ Investidura dos membros das comissões permanentes: não excederá a um ano, **VEDADA** a recondução da **totalidade** de seus membros (art. 51, § 4º).
- ❖ Regra: responsabilidade **SOLIDÁRIA** dos membros; salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata (art. 51, § 3º).
- ❖ No pregão: não há comissão, mas apenas o **pregoeiro** e **equipe de apoio**.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Elaboração do instrumento convocatório



- ❖ Instrumento convocatório:
  - ❖ **Carta-convite:** convite
  - ❖ **Edital:** demais
- ❖ Meio para tornar público o interesse em contratar, convocando os interessados para apresentarem as suas propostas
- ❖ **Lei interna da licitação** (vinculação ao instrumento convocatório)
- ❖ Deve conter, entre outros elementos, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida pela Lei 8.666/93, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes (art. 40).

---

---

---

---

---

---

---

---

## Elaboração do instrumento convocatório



- ❖ **No edital deve constar** (art. 40):
  - ❖ objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;
  - ❖ prazos e condições para assinatura e execução do contrato e entrega do objeto;
  - ❖ critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso,
    - ❖ permitida a **fixação de preços máximos**;
    - ❖ **VEDADA** a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência;
  - ❖ critério de reajuste, condições de pagamento, etc.
  - ❖ **ANEXOS:** minuta do contrato, projetos (básico e executivo), orçamento, especificações complementares e normas de execução (art. 40, § 2º).

---

---

---

---

---

---

---

---

### Elaboração do instrumento convocatório



❖ **Examinados e aprovados** por **assessoria jurídica** da Administração (art. 38, § 1º): minutos de editais de licitação e dos contratos, acordos, convênios ou ajustes.

#### ❖ **IMPUGNAÇÃO:**

❖ **QUALQUER CIDADÃO:** até **5 dias úteis** antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até **3 dias úteis** (art. 41, § 2º);

❖ **LICITANTE:** até **2 dias úteis** antes da abertura dos envelopes, sob pena de decadência do direito. Não impede o licitante de participar da licitação até decisão final da Administração acerca da impugnação (art. 41, § 2º).

❖ **REPRESENTAÇÃO:** qualquer **licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica** poderá representar ao **Tribunal de Contas** ou aos **órgãos do sistema de controle interno** contra irregularidades na aplicação da Lei 8.666/93 (art. 113, § 1º).

---

---

---

---

---

---

---

---

### Divulgação do instrumento convocatório



MODALIDADE	ANTECEDÊNCIA MÍNIMA	
Concorrência	45 dias	▪ Regime de empreitada integral; ▪ Tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço"
	30 dias	▪ Demais casos
Tomada de preços	30 dias	▪ Tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço"
	15 dias	▪ Demais casos
Convite	5 dias úteis	
Concurso	45 dias	
Leilão	15 dias	
Pregão	8 dias úteis	

---

---

---

---

---

---

---

---

### Recebimento e julgamento das propostas



❖ Ocorre em **sessão pública**, na data e hora marcados, observando os seguintes procedimentos (art. 43):

- I - abertura e apreciação dos envelopes contendo documentação relativa à **HABILITAÇÃO**;
- II - devolução dos envelopes fechados aos concorrentes **INABILITADOS**, contendo as respectivas propostas, desde que não tenha havido recurso ou após sua denegação;
- III - **abertura dos envelopes** contendo as **propostas** dos concorrentes habilitados, desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos;
- IV - **verificação da conformidade de cada proposta** com os requisitos do edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;
- V - **JULGAMENTO e CLASSIFICAÇÃO das propostas** de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital;
- VI - deliberação da autoridade competente quanto à **HOMOLOGAÇÃO e ADJUDICAÇÃO**.

---

---

---

---

---

---

---

---



## Habilitação (art. 27)



- ❖ Habilitação jurídica
- ❖ Regularidade fiscal e trabalhista
- ❖ Qualificação técnica
- ❖ Qualificação econômico-financeira
- ❖ Cumprimento do art. 7º, XXXIII, da CF: **proíbe o trabalho** noturno, perigoso ou insalubre a **menores de 18 anos** e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Julgamento



- ❖ Realizado segundo **CRITÉRIOS OBJETIVOS**, definidos no edital
- ❖ **NÃO** será admitido:
  - ❖ proposta de preço baseada nas ofertas dos demais licitantes,
  - ❖ proposta com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado acrescidos dos encargos;
  - ❖ **EXCETO** quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração (art. 44, §3º).

---

---

---

---

---

---

---

---

## Julgamento



- ❖ Serão desclassificadas (art. 48):
  - ❖ Propostas com **valor global superior** ao limite estabelecido;
  - ❖ preços **manifestamente inexequíveis** (preços muito baixos) – aqueles cuja viabilidade não for comprovada.
- ❖ Nas licitações do **tipo menor preço**, para **obras e serviços de engenharia**, são manifestamente inexequíveis os preços inferiores a 70% do menor dos seguintes limites (art. 48, II, §1º):
  - ❖ média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado pela administração, ou
  - ❖ valor orçado pela administração.
- ❖ Se for **inferior a 80%**, deve apresentar garantia adicional (art. 48, II, § 2º).

---

---

---

---

---

---

---

---

## Julgamento



❖ Todos os licitantes forem **INABILITADOS** ou todas as propostas forem **DECLASSIFICADAS**, a administração poderá (art. 48, § 3º):

- ❖ fixar aos licitantes o prazo de **OITO DIAS ÚTEIS** para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas sem as irregularidades
- ❖ facultar-se, no caso de convite, a redução deste prazo para **TRÊS DIAS ÚTEIS**.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Homologação e adjudicação



❖ Atos da "**AUTORIDADE COMPETENTE**"

❖ **HOMOLOGAÇÃO:**

- ❖ ato de controle
- ❖ a autoridade verifica e reconhece (ou não) a lisura do procedimento licitatório

❖ **ADJUDICAÇÃO:**

- ❖ Atribuição do objeto ao licitante vencedor
- ❖ Gera mera expectativa de direito ao contrato.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Dispensa e Inexigibilidade




---

---

---

---

---

---

---

---

## Contratação direta

**REGRA:** LICITAR!

**EXCEÇÕES**

**Dispensa**

Licitação dispensada (art. 17)

Licitação dispensável (art. 24)

**Inexigibilidade** (art. 25)

---

---

---

---

---

---

---

---

## Resumo das contratações diretas

	Inexigibilidade	Dispensável	Dispensada
Características	Inviabilidade de competição (impossibilidade de licitar)	Poderá licitar ou dispensar (discricionário) <b>Aquisições (regra).</b>	Não poderá licitar (vinculado) <b>Alienações.</b>
Hipóteses legais	Lista exemplificativa (art. 25)	Lista exaustiva (art. 24)	Lista exaustiva (art. 17)

---

---

---

---

---

---

---

---

## Formalidades (art. 26)

Os processos de dispensa e inexigibilidade devem ser instruídos, no que couber:

- **JUSTIFICATIVA** da não realização da licitação;
- caracterização da **situação emergencial** ou **calamitosa** que justifique a dispensa, quando for o caso;
- razão da escolha do fornecedor ou executante;
- justificativa do preço;
- documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

---

---

---

---

---

---

---

---

## Licitação dispensável

❖ Possibilidade de dispensar / A lei "autoriza" a dispensa / Rol taxativo (art. 24)

→ Baixo valor (I e II)

- Obras e sv. eng.: **R\$ 15 mil**
- Compras e demais sv.: **R\$ 8 mil**

**Dobro:**

- Consórcios, estatais\*,
- agências executivas

→ Guerra, grave perturbação da ordem, emergência, calamidade pública (incs. III e IV)

III - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem;

IV - nos **casos de emergência ou de calamidade pública:**

- ✓ quando caracterizada urgência de atendimento
- ✓ situação que possa ocasionar **PREJUÍZO** ou **COMPROMETER A SEGURANÇA** de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, **públicos** ou **particulares**;
- ✓ somente para parcelas de obras e serviços que possam ser **concluídas no prazo máximo de 180 DIAS** consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade.

✓ **VEDADA** a prorrogação dos respectivos contratos;

## Licitação dispensável (art. 24)

→ Licitação deserta

Art. 24. [...] V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;

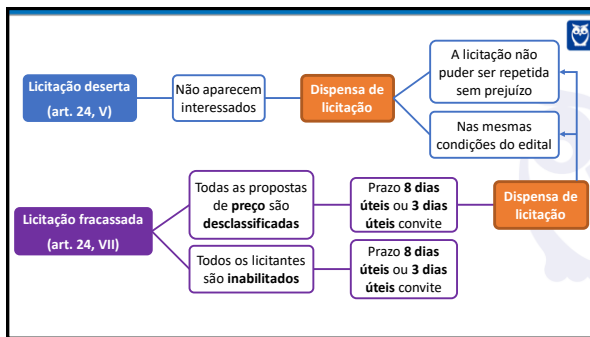
→ União intervir no domínio econômico (inc. VI)

Regular preços ou normalizar o abastecimento;

→ Valores acima dos praticados em mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais (inc. VII) – **licitação fracassada em virtude do preço.**

→ Comprometimento da segurança nacional (inc. IX)

→ Compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha (inc. X)



### Licitação dispensável (art. 24)



- Remanescente de obra, serviço ou fornecimento, decorrente de rescisão contratual (inc. XI)
  - Deve observar a ordem de classificação da licitação anterior
  - Nas mesmas condições da proposta do licitante vencedor
- **Aquisição** ou **restauração** de **OBRAS DE ARTE** e **OBJETOS HISTÓRICOS**, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade (inc. XV)
- Contratação de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado (inc. XXII)
- Organizações sociais (inc. XXIV).

---

---

---

---

---

---

---

---

### Licitação dispensada (art. 17)



- A Lei determina que **NÃO** se licite
- Rol exaustivo no art. 17
- Todos os casos são de alienação de bens
- Por exemplo:
  - alienação de imóveis por **doação em pagamento**;
  - **doação** de imóvel, permitida **exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública**, de qualquer esfera de governo (regra);
  - alienação **gratuita** ou onerosa de imóveis destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de **programas habitacionais** ou de **regularização fundiária** de interesse social;
  - permuta de bens móveis, permitida exclusivamente entre órgãos ou entidades da Administração Pública;
  - venda de ações; venda de títulos; etc.

---

---

---

---

---

---

---

---

### Inexigibilidade de licitação (art. 25)




---

---

---

---

---

---

---

---

### Inexigibilidade de licitação

#### ❖ Serviços técnicos (art. 13):

- I - estudos técnicos, planejamentos e **projetos básicos** ou **executivos**;
- II - **pareceres**, perícias e avaliações em geral;
- III - **assessorias** ou **consultorias** técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- IV - fiscalização, supervisão ou **gerenciamento de obras** ou serviços;
- V - patrocínio ou **defesa de causas judiciais** ou administrativas;
- VI - **treinamento** e aperfeiçoamento de **pessoal**;
- VII - restauração de **obras de arte** e bens de valor histórico.

#### ❖ Natureza singular

#### ❖ Notória especialização

#### ❖ Vedada para publicidade e divulgação

---

---

---

---

---

---

---

---

## Alienação de bens

---

---

---

---

---

---

---

---

### Alienação de bens

#### ❖ Interesse público justificado.

#### ❖ Avaliação prévia.

#### ❖ Licitação pública (dispensada nas hipóteses do art. 17):

- ✓ **Imóveis**: em regra por **concorrência** (exceção: se o imóvel é derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, quando poderá ser por **leilão** ou **concorrência**; também não precisa de autorização legislativa).
- ✓ **Móveis**: em regra por **leilão** (exceção: > R\$ 650 mil haverá concorrência).

#### ❖ Autorização legislativa: apenas se o **imóvel** for da administração direta, autárquica ou fundacional (não para EP e SEM).

---

---

---

---

---

---

---

---

## Anulação e Revogação

---

---

---

---

---

---

---

### Anulação

- Razões de **ILEGALIDADE**.
- Pode ocorrer **após** a assinatura do contrato (gera a nulidade do contrato).
- Deve ser precedida do **contraditório** e da **ampla defesa**.
- É possível anular **todo o procedimento** ou apenas **determinado ato**, com a consequente nulidade dos **atos posteriores**.
- **Não** garante **indenização** ao contratado, **exceto** pelo que já **tiver executado** e outros **prejuízos comprovados** (se a empresa for culpada, **não** precisa indenizar).

---

---

---

---

---

---

---

### Revogação

- Juízo de conveniência e oportunidade em **duas hipóteses**:
  - ✓ **fato superveniente** devidamente comprovado; ou
  - ✓ adjudicatário **não comparece** para assinar o contrato.
- **Não** pode ser feita **após a assinatura** do contrato.
- Contraditório e ampla defesa só são necessários **após a homologação** e a **adjudicação** (jurisprudência).
- A revogação é **sempre total**, de todo o procedimento, **jamais parcial**.

---

---

---

---

---

---

---



## Bons estudos!

**Prof. Erick Alves**  
 [prof.erickalves@gmail.com](mailto:prof.erickalves@gmail.com)

 [proferickalves](#)  
 [proferickalves](#)  
 (61) 9 8352 5872

**Prof. Herbert Almeida**  
 [prof.herbertalmeida@gmail.com](mailto:prof.herbertalmeida@gmail.com)

 [/profherbertalmeida](#)  
 [@profherbertalmeida](#)  
 [/profherbertalmeida](#)

---

---

---

---

---

---

---